

Relatório Anual de Atividades





Sumário

Retrospectiva 2023	03
Reportagens, destaques, podcasts e projetos	06
Mais Republicadas	14
Impacto	18
Nossa Audiência em Números	22
Sustentabilidade	23
Prêmios	28
Informações Financeiras	29

LEGENDA



Foto de capa:

Acampamento Terra Livre | Abril 2024 | Foto: José Cícero

2023, um ano de crescimento

Enquanto o Brasil iniciava sua reconstrução após anos de regressão democrática, nós trabalhamos em construir o futuro institucional da **Agência Pública**. Fizemos uma aposta no crescimento em 2023, consolidando nossa posição como a maior redação sem fins de lucro do país.

Internamente, este foi um ano de mudanças profundas na nossa estrutura de produção jornalística: reorganizamos a redação, com a criação de cargos de chefia de redação, chefia de cobertura socioambiental, editor de fotos e vídeo e designer, coordenação da área de Podcasts, além de contratar novos repórteres. Fundamos uma redação em Brasília, que conta com 8 jornalistas, sob a coordenação da chefia da sucursal.

Outro avanço fundamental foi a criação de uma área de RH, cuja missão é ampliar a diversidade da equipe, aprimorar os processos internos e o crescimento profissional dos colaboradores, além de consolidar nossa cultura organizacional que visa a um ambiente cooperativo, com estímulo à formação de jornalistas éticos e competentes.

O rearranjo interno tem como pano de fundo uma reflexão institucional sobre nossos programas, que aposta na fidelização de nossa audiência e a criação de novas, a partir da diversificação dos produtos, formatos e equipes, sempre tendo como princípio o jornalismo investigativo, de qualidade e inovador.

Além da produção mais ágil em Brasília, que também estreou um quadro semanal em vídeo em parceria com o ICL, apostamos na criação de uma área de podcasts, com vistas a ampliar tanto nossos produtos semanais quanto séries investigativas especiais. Conseguimos, com isso, mobilizar nosso público a financiar com mais de R\$ 120 mil uma série independente sobre uma das nossas investigações mais impactantes, a revelação de denúncias de abuso sexual de Samuel Klein, fundador das Casas Bahia.

Ampliamos nossos contatos e relacionamento com parceiros comerciais, a partir da coordenação de parcerias, visando ampliar o forne-

cimento de conteúdo para grandes nomes do mercado, diversificando a fonte de receitas.

Entramos como associadas no Gife – Grupo de Institutos Fundações e Empresas –, a maior associação de filantropia do Brasil, consolidando o papel da Pública como multiplicadora no jornalismo sem fins de lucro e mantendo o compromisso de ampliar o conhecimento sobre esta vibrante área do terceiro setor através de contribuições em eventos e comunicações institucionais do Gife.

Buscando aumentar nosso impacto do exterior, reformulamos a área de republicações internacionais em uma área de Parcerias Globais. Realizamos três investigações transnacionais ao longo do ano e planejamos novas coalizões para o ano seguinte. Em 2023, a Agência Pública passou a ser a única redação do Brasil com duas jornalistas afiliadas ao ICIJ – Internacional Consortium for Investigative Journalism – duas, das três mulheres brasileiras afiliadas à rede.

Como resultado dos nossos esforços, encerramos o ano com seis novos apoiadores institucionais, um crescimento de 300%. Prova da confiança que nossos parceiros têm em nosso jornalismo e nossa capacidade de gerar impacto na sociedade.



O ano de 2023 em números

+ 8,9%

Receitas geral

40

Colaboradores

+ 71%

Receitas Aliados

15

Financiadores

627

Publicações

+ 52%

Usuários únicos no site

2,9 mi +46%

Sites Republicadores

809

Nacionais

91

Internacionais

Nossa cobertura



Avenida Paulista, São Paulo | Crédito: Jardiel Carvalho

Iniciamos 2023 com sete dias de paz depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de janeiro.

No oitavo, uma horda de vândalos invadiu a Praça dos Três Poderes, em Brasília, deixando um rastro de destruição e de alerta. Iniciamos o ano dando nosso primeiro furo de reportagem: descobrimos que a mobilização para a invasão de Brasília vinha sendo realizada abertamente em redes como o Twitter, sob o código de “Festa da Selma”.

Investigamos a extrema direita e monitoramos suas redes desde a ascensão desses grupos no Brasil, na campanha Jair Bolsonaro em 2018, por isso localizamos rapidamente essa informação. Continuamos a investigar as redes de **desinformação** e as ligações com a extrema direita internacional. Um exemplo é a investigação transnacional que participamos, **Mercenários Digitais**, que reuniu um time de jornalistas de 15 países latino-americanos e também Estados Unidos e Espanha, e revelou que Eduardo Bolsonaro abriu uma empresa nos Estados Unidos com um empresário que apoiou atos golpistas e que sua campanha pagou o tal especialista argentino, Fernando Cerimedo, que realizou uma campanha de desinformação sobre as urnas eletrônicas nas eleições de 2022.

Em 2023, ampliamos nossa **cobertura de clima**, recebemos novos jornalistas na redação e incluímos novos temas nas pautas, sempre do ponto de vista do interesse público e dos direitos humanos, que caracteriza nosso jornalismo investigativo.

Essa cobertura continuou a ganhar relevância, com marcos importantes como o fato de 2023 ter sido o ano mais quente já registrado, e maior incidência de desastres climáticos, confirmando a realidade das mudanças climáticas.

Como mostrou a tragédia no litoral paulista em São Sebastião (SP) em fevereiro, na qual 65 pessoas morreram e mais de 4.000 perderam suas casas, a **emergência climática** já está entre nós e vem marcada pela desigualdade social em relação às consequências. Como revelamos, a preocupação é imediata: políticas públicas de adaptação estão ausentes até nas capitais ou estão até mesmo sendo engavetadas, o que ocorreu no Rio Grande do Sul, caso abordado em reportagem vencedora do 2º Prêmio Sintergs, e antecipou as condições em que se daria a enorme tragédia que viveu o estado neste ano de 2024.

Para além da nossa cobertura sobre desinformação e emergência climática, nos concentramos também em **continuar a dar voz a grupos invisibilizados** na imprensa corporativa, como é o caso da nossa cobertura sobre uma medida urgente e esperada para os primeiros dias de governo Lula: a desintrusão da Terra Indígena (TI) Yanomami, maciçamente ocupada por garimpeiros durante o governo anterior. Desde 2022, a Pública denunciava o genocídio dos Yanomami, a ocupação ilegal da terra indígena, e a cumplicidade do governo federal com o governo de Roraima, encabeçado por um aliado de Bolsonaro.

Em fevereiro, o repórter da Pública que viajou para cobrir as operações federais de desintrusão na TI Yanomami desnudou a aparente conciliação das Forças Armadas com o governo Lula: o Exército relutava em desempenhar o seu papel, negando helicópteros de apoio e posteriormente se recusando a entregar cestas básicas para as aldeias e promover o bloqueio do espaço aéreo na região, evitando a volta dos garimpeiros expulsos. Isso enquanto os fiscais do Ibama eram recebidos a tiros por garimpeiros na mesma terra indígena.

Em 2023, reconquistamos a democracia, produzindo e fomentando um jornalismo investigativo com rigorosa apuração dos fatos. Buscamos qualificar o debate democrático sobre temas importantes para o país estimu-

lando a produção e a cobertura de pautas que contribuam para a transparência pública, a justiça social e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Esses debates e muitos outros continuam em 2024 e a Pública está preparada para contribuir com todos eles, antecipando questões, produzindo reportagens de fôlego, ouvindo a sociedade civil, os movimentos sociais, cientistas, mulheres, indígenas, negros dando voz a todos nas investigações sobre os interesses públicos e privados.

Convidamos você a conhecer mais nossos projetos de fomento ao campo do jornalismo, reportagens de destaque e avanços institucionais. Esperamos que, em 2024, desigualdades e privilégios se tornem cada vez menores no nosso país, que tem tudo para ser um dos bastiões de um futuro mais ameno.



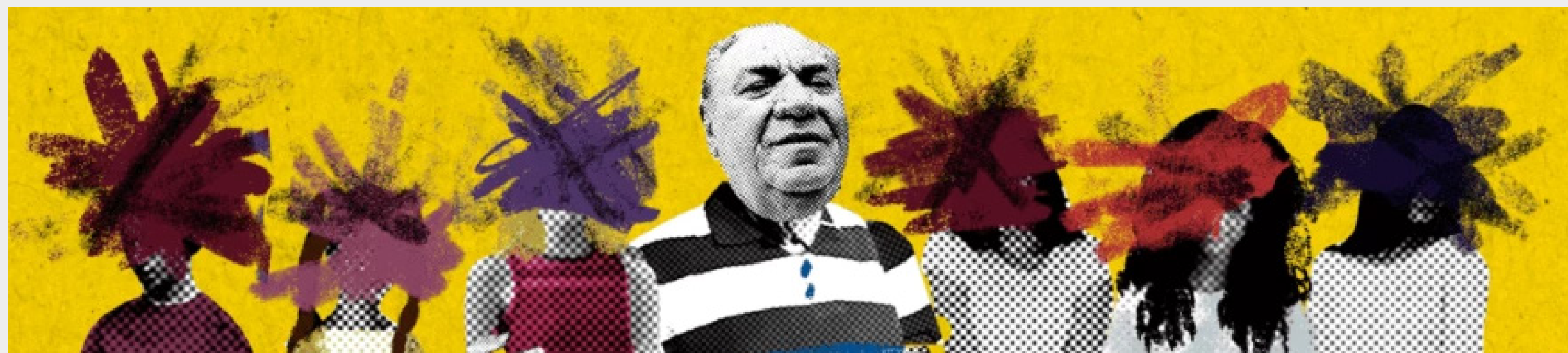
Reportagens de impacto

O jornalismo da Agência Pública visa qualificar o debate público com informações relevantes, bem apuradas e em formatos atraentes para os leitores.

Nossas matérias muitas vezes produzem impactos diretos na sociedade influenciando não apenas a opinião pública mas tomadores de decisões no Legislativo, Judiciário, Executivo, além de formadores de opinião.

→ [Um exemplo: a reportagem que revelou a presença de símbolos nazistas na Secretaria de Educação do município de Dona Emma, Santa Catarina, motivou uma investigação do Ministério Público de Santa Catarina com base na matéria.](#)

Enão investigamos apenas o poder público. Ao contrário da grande maioria dos veículos jornalísticos, a atuação das empresas, em especial do ponto de vista dos direitos humanos e ambientais, é alvo constante de nossas reportagens - caso da Braskem, responsável pelo desastre em Maceió, e da Vale, conhecida por violações de direitos humanos na Amazônia.



Um destaque, nesse sentido, é o desdobramento da nossa cobertura sobre a rede de exploração sexual de meninas e mulheres montada por Samuel Klein, o fundador das Casas Bahia, a maior rede de varejo do Brasil, e grande anunciante da mídia. No dia 6 de dezembro de 2023, a Câmara aprovou o PL do caso Klein, que aumenta de três para 20 anos o prazo para ações reparatorias sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes. O PL 1.486 foi proposto pela deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP) a partir da publicação desta série de reportagens da Pública, em abril de 2021, revelando que a rede de Klein funcionou por três décadas – sem jamais ser incomodado nem pela polícia, nem pela Justiça, nem pela imprensa. O projeto foi aprovado em votação simbólica na Câmara e vai agora ao Senado, com chance de alterar o Código Civil,

dando mais tempo para as vítimas buscarem indenização.

Também levamos ao conhecimento público as práticas antiéticas do iFood contra a mobilização dos entregadores por melhores condições de trabalho, reveladas em reportagem publicada em abril de 2022. O assunto foi discutido na CPI dos Aplicativos da Câmara Municipal de São Paulo e a reportagem citada no relatório do Legislativo municipal, que cobra mais controle sobre a atividade das empresas de aplicativo e pede mais segurança para entregadores e motoristas.

Não parou por aí. O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho passaram a investigar a denúncia revelada na reportagem. Em julho de 2023, o iFood e as agências de

publicidade foram obrigados a assinar junto ao MPF e o MPT um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para promover ações em favor do direito da sociedade à informação e dos direitos trabalhistas e associativos de seus entregadores.

Neste ano, realizamos também uma grande investigação em conjunto com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) sobre a participação de empresas no aparato repressivo da ditadura. O especial “Empresas cúmplices da ditadura militar”, com reportagens sobre dez empresas, como Fiat, Folha de S.Paulo, Aracruz, ganhou o primeiro lugar na categoria online no 40º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo e o segundo lugar na categoria Reportagens Jornalísticas do 12º Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos.

Emergência Climática



Populares observam o nível do Rio dos Sinos antes da enchente no Centro de São Leopoldo: a cidade gaúcha onde quase todos perderam o lar. 2024 | Crédito: Thales Renato | Agência Pública.

O ano de 2023 começou com um evento extremo em São Sebastião (SP), em que 65 pessoas morreram e mais de 4.000 perderam suas casas, e foi também o mais quente da história. Cientes da emergência climática, dedicamos especial atenção à cobertura de clima, com a contratação de jornalistas e diversificação das pautas, sempre do ponto de vista dos direitos humanos, o que caracteriza o jornalismo investigativo da Pública.

Como mostrou a tragédia no litoral paulista em 2023, a emergência climática já está entre nós e vem marcada pela desigualdade social em relação às consequências. A preocupação é imediata já que faltam políticas públicas de adaptação até nas capitais e, em alguns casos, foram sumariamente engavetadas, o que ocorreu no Rio Grande do Sul, caso abordado em reportagem vencedora do 2º Prêmio Sintergs, e antecipou as condições em que se daria a enorme tragédia que viveu o estado neste ano de 2024.

Acompanhamos também o avanço das políticas públicas contra o desmatamento e de proteção à Amazônia e aos indígenas – pela primeira vez com representação em um ministério comandado por uma indígena. Continuamos a investigar a violência contra esses povos e outras comunidades no projeto Amazônia Sem Lei, que neste ano lançou a segunda temporada de reportagens investigativas em podcast, com seis episódios no ar.

A cobertura de clima e ambiente também se beneficiou da ligação das reportagens de campo no Cerrado e na Amazônia com o jornalismo de dados – que trouxe revelações importantes

→ por exemplo, um levantamento que mostrou as 50 empresas que são as “donas da água” no Brasil.

Também acompanhamos de perto o processo de votação do Marco Temporal, no STF e no Congresso, bem como a mobilização dos indígenas, além do lobby da bancada ruralista para flexibilizar a legislação de agrotóxicos do país.



Acampamento Terra Livre | Abril de 2024 | Crédito: José Cícero | Agência Pública

Uma de nossas reportagens trouxe um estudo inédito que associa o aumento de leucemia infantil ao uso de pesticidas nas plantações de soja em expansão no país.

Investigamos também as pressões do governo federal sobre o Ibama para expandir a exploração de petróleo. Além de reportagens e entrevistas com especialistas e membros do governo com diferentes posições, dois con-

ursos de microbolsas (programa que premia pautas de jornalistas que não são da Pública) trataram da questão da energia e mudanças climáticas. Foram produzidas reportagens sobre os planos da Petrobras, os impactos dessa exploração na foz do Amazonas e na Margem Equatorial, não apenas para o ambiente, no caso colocar em risco o maior recife de corais da América do Sul, mas para as comunidades que vivem nessas regiões.

A expansão da exploração do petróleo acabou sendo a maior fraqueza do país que se apresentou como potência climática nas principais conferências climáticas do ano: a Cúpula da Amazônia, em Belém, e a COP28, em Dubai.

Nossos repórteres estiveram presentes em ambos os eventos e produziram uma cobertura robusta e original: a escolha do Brasil para receber o “Fóssil do Dia”, baseou-se em uma reportagem da Pública que trouxe um cálculo inédito a revelando que a exploração de petróleo na Margem Equatorial anularia o ganho do desmatamento zero no Brasil. Uma descoberta crucial, publicada no dia em que o presidente Lula anunciou a participação do país na Opep+.

Novos projetos

Microbolsas Indígenas

Em 2023, lançamos dois cursos de microbolsas dirigidos exclusivamente para comunicadores indígenas – com a publicação de nove reportagens. Uma inovação que promete belos e novos frutos no ano em que a Pública completou a marca de 80 grupos de repórteres beneficiados com nosso programa de microbolsas.

Em 2024, frutos já começam a aparecer, com uma nova e mais robusta edição do projeto, agora rebatizado de Repórteres Indígenas.



Semana de formação da edição de 2024 do projeto Repórteres Indígenas, Março 2024
Crédito: José Cícero | Agência Pública

Mais Lidas

LEGENDA

→ [MATÉRIA CLICÁVEL](#)

01

Militares recusam entrega de cestas básicas aos Yanomami

→ [20 de junho de 2023](#)
Por [Rubens Valente](#)

Forças armadas alegam falta de dinheiro e alimentos estão estocados à espera de uma solução com a Funai

02

Aumento de morte de crianças por leucemia é associada à expansão da soja no Brasil

→ [30 de outubro de 2023](#)
Por [Giovana Girardi](#)

Aplicação de agrotóxicos levou à morte adicional de 123 crianças em 11 anos na Amazônia e no Cerrado, revela pesquisa

03

Justiça bloqueia fazendas da elite do agronegócio por suspeita de grilagem na Bahia

→ [10 de maio de 2023](#)
Por [Caio de Freitas Paes](#)

Decisão impede 19 fazendas de desmatarem num “dos casos mais graves de grilagem registrado” no estado, segundo PGE

04

Governo Bolsonaro escondeu caso de homem detido em Cancún acusado da morte de Marielle

→ [4 de setembro de 2023](#)
Por [Bruno Fonseca](#),
[Jamil Chade](#)

Relato do Itamaraty foi obtido pela Pública via lei de Acesso à Informação; governo Lula negou identificar o suspeito

05

Deputada brasileira denuncia assédio sexual de Boaventura durante doutorado

→ [14 de abril de 2023](#)
Por [Mariama Correia](#)

Bella Gonçalves (PSOL-MG) rompe anos de silêncio sobre o caso. Relato se une a outras acusações contra o professor

Mais republicadas

Nossas reportagens são republicadas gratuitamente por diversos sites no Brasil e no exterior. Graças a diversos parceiros republicadores, conseguimos chegar a mais pessoas.



→ Governo Bolsonaro escondeu caso de homem detido em Cancún acusado da morte de Marielle

Reportagem sobre a caso em que Itamaraty entrevistou na extradição de um acusado da morte de Marielle.

→ Fiscais do IBAMA são recebidos a tiros por garimpeiros ilegais na terra Yanomami

Reportagem sobre a falta de controle do espaço aéreo e a livre atuação de aeronaves clandestinas dentro da terra indígena Yanomami.

→ Os donos da água: 50 empresas podem usar mesma quantidade que metade do Brasil

Levantamento inédito mostra quem são os grupos empresariais que têm direito de captar 5,2 trilhões de litros por ano.

→ Google pagou mais de meio milhão de reais em anúncios no Facebook contra PL das Fake News

Reportagem sobre o gasto de mais de R\$ 670 mil reais em propaganda contra o PL 2630 feito pelo Google na Meta.

→ Flávio Dino diz já ter novidades no caso Marielle: “Vamos chegar a uma solução do crime”

Ministro da Justiça falou à Pública ainda sobre narcogarimpo, extremismo político, bolsonarismo e violência nas escolas

REPUBLICADORES POR TODO O BRASIL

REGIÃO NORTE

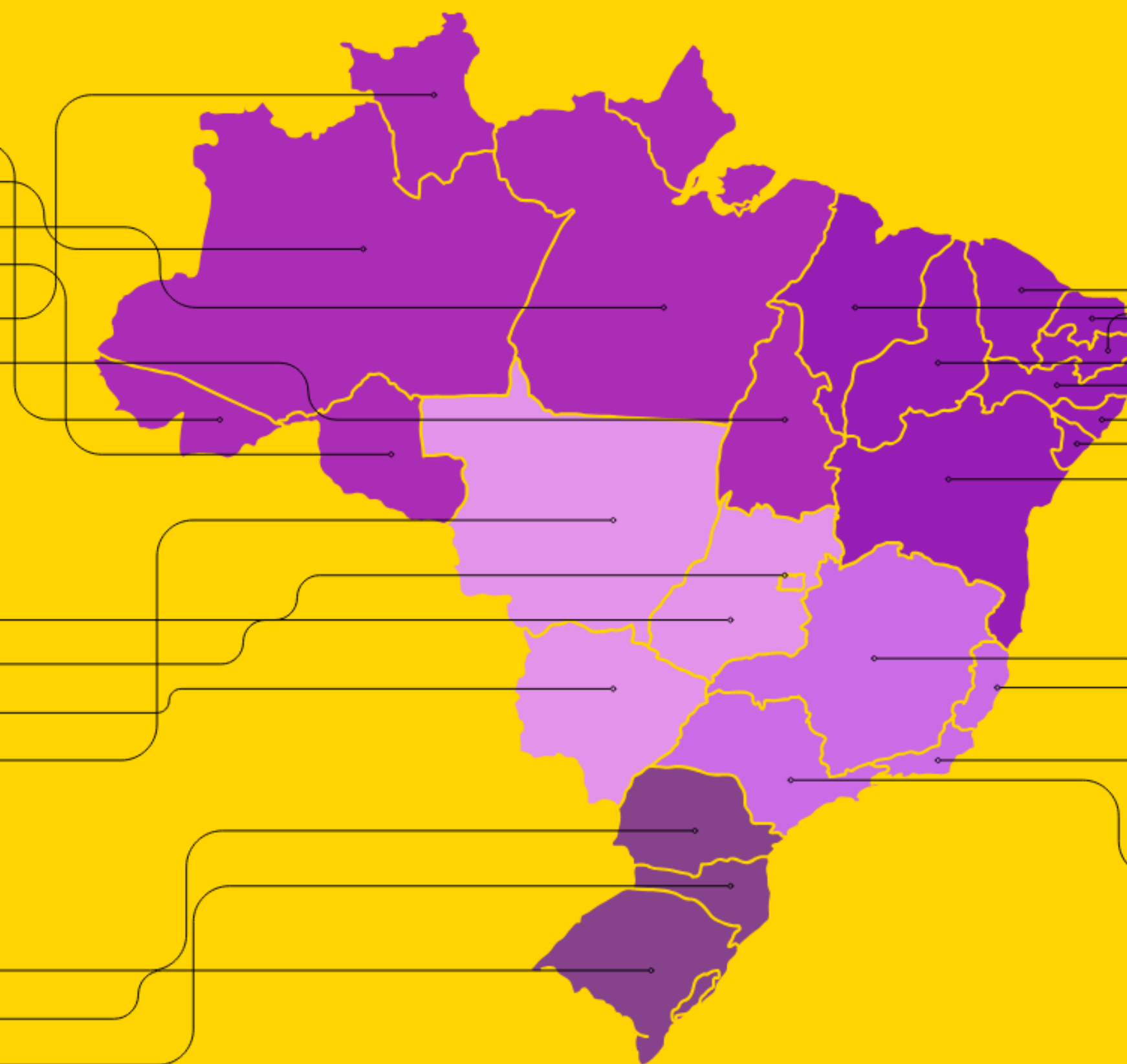
- Na Hora da Notícia AC
- Amazonas 1 AM
- BT Mais PA
- Tudo Rondônia RO
- Roraima 1 RR
- Correio do Tocantins TO

REGIÃO CENTRO-OESTE

- Correio Braziliense DF
- Goiás 24 horas GO
- MS Notícias MS
- Minuto MT MT

REGIÃO SUL

- Plural Jor PR
- Sul 21 RS
- Catarinas SC



REGIÃO NORDESTE

- Jornal de Alagoas AL
- Camacari Fatos e Fotos BA
- O Povo CE
- Maranhão Hoje MA
- Folha da PB PB
- Marco Zero PE
- Pensar Piauí PI
- Diário Potiguar RN
- Aracajú Agora Notícias SE

REGIÃO SUDESTE

- Hoje Es ES
- Estado de Minas MG
- Diário Carioca RJ
- Folha de S. Paulo SP

Projetos Especiais

10 anos do Brasil nas Ruas

Neste especial, a Agência Pública traz reportagens e reflexões sobre algumas das manifestações que tomaram as ruas do Brasil nos últimos 10 anos. Apuramos que o Movimento Passe Livre, que deu o pontapé em 2013, segue ativo e pautando a gratuidade no transporte público. Mostramos os dados de pesquisas com semelhanças e diferenças no perfil dos manifestantes em alguns dos atos da década. Revelamos que estudantes que ocuparam a Universidade Tecnológica no Paraná em 2016 foram processados, numa disputa que seguiu até este ano. E mostramos como a direita foi se radicalizando desde o impeachment de Dilma até Bolsonaro.



Capa do especial 10 anos de Brasil nas ruas.

Empresas Cúmplices da Ditadura

Petrobras, Fiat, Companhia Docas de Santos, Itaipu, Josapar, Paranapanema, Cobrasma, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Aracruz e Folha de S. Paulo podem estar ligadas a algum tipo de violação de direitos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985)? A equipe da Agência Pública, numa série de reportagens especiais com apuração própria, acesso a relatórios, depoimentos de vítimas, pesquisadores e documentos raros sobre um dos períodos mais terríveis e violentos da história brasileira, mostra como elas tiveram algum grau de participação no aparato de repressão que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou opositores.



Mercenários Digitais

Através de uma série de reportagens especiais, embasadas em investigações aprofundadas, análises de documentos sigilosos e depoimentos impactantes, a equipe da Agência Pública desvenda como especialistas em comunicação política, outrora consultores de imagem e estratégia, transformaram-se em manipuladores digitais na era da informação. Com acesso a informações privilegiadas e utilizando-se de métodos eticamente questionáveis,

esses profissionais agora operam nas sombras, coletando dados privados sem consentimento, criando perfis falsos e mensagens personalizadas para influenciar a opinião pública.

Amazônia Sem Lei

Especial investiga a violência relacionada à regularização fundiária, demarcação de terras e reforma agrária na Amazônia Legal e no Cerrado.

Colunas

A publicação de colunas foi uma novidade em nosso site em 2023. Passamos a publicar colunas semanais de quatro jornalistas da casa. São eles: as fundadoras e editoras-executivas, Marina Amaral e Natalia Viana, a chefe da cobertura socioambiental, Giovana Girardi, e o repórter Rubens Valente.

→ Não é hora de desistirmos da internet

Natalia Viana

→ Os limites da vida privada dos homens públicos

Marina Amaral

→ Ministros que têm um supremo desprezo à transparência

Rubens Valente

→ As evidências da tecnologia e da arqueologia contra o marco temporal

Giovana Girardi

Microbolsas 2023

Em 2023, chegamos à marca de 80 grupos de repórteres contemplados pelas tradicionais Microbolsas da Pública!

Neste ano, lançamos dois novos editais temáticos: sobre transição energética, em parceria com a Conectas Direitos Humanos e sobre desafios enfrentados por pessoas egressas do sistema prisional, em parceria com o Instituto Pro Bono. Além disso, no início do ano publicamos as pautas contempladas nas Microbolsas Petróleo e Mudanças Climáticas, uma parceria com o WWF-Brasil.

Também publicamos em 2023 o resultado das Microbolsas para

Repórteres Indígenas. Neste programa, convidamos comunicadores indígenas de todo o país a investigar questões enfrentadas por suas comunidades. Essa edição das Microbolsas deu origem ao Programa de Formação para Repórteres Indígenas, que teve suas inscrições encerradas em dezembro e no início de 2024, vai selecionar mais seis comunicadores para receber uma bolsa de R\$ 8 mil, mentoria de nossos repórteres e uma semana de treinamento na redação da Agência Pública.

→ MICROBOLSAS PETRÓLEO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

→ MICROBOLSAS ENERGIA E CRISE CLIMÁTICA

→ MICROBOLSAS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

→ MICROBOLSAS INDÍGENAS

Investigações Transnacionais

Este ano mais uma vez nossa equipe se uniu a equipes investigativas de vários países para investigar temas transnacionais. O resultado disso foram algumas colaborações significativas que lançamos em 2023.



O especial Mercenários Digitais contou com um time de jornalistas de 15 países latino-americanos e também Estados Unidos e Espanha.

Através de uma série de reportagens especiais, embasadas em investigações aprofundadas, análises de documentos sigilosos e depoimentos impactantes, a equipe da Agência Pública desvenda como especialistas em comunicação política, outrora consultores de imagem e estratégia, transformaram-se em

manipuladores digitais na era da informação. Com acesso a informações privilegiadas e utilizando-se de métodos eticamente questionáveis, esses profissionais agora operam nas sombras, coletando dados privados sem consentimento, criando perfis falsos e mensagens personalizadas para influenciar a opinião pública.

→ Também tivemos uma Parceria com a OCCRP como parte do nosso projeto Amazônia Sem Lei.

A Pública e a OCCRP tiveram acesso a mais de 100 GB de arquivos da Cosan S.A., incluindo documentos de venda, registros de compra de terra e documentos legais, além de auditorias internas, apresentações e e-mails que revelam como a gigante brasileira da indústria de açúcar e a Teachers Insurance and Annuity Association of America (TIAA) abriram diversas empresas de propriedade conjunta e passaram a comprar terras no Brasil – muitas destas de pessoas investigadas ou acusadas de grilagem. A reportagem contou com a participação da AidEnvironment que contribuiu com a análise de dados para esta reportagem, com Romina Colman (OCCRP) e com Eric Barrett (OCCRP).

→ Especial Redes de Nicotina (Nicotine Networks)

Ainda em nossas investigações transnacionais tivemos uma parceria lançada em dezembro. O especial Redes de Nicotina (Nicotine Networks) que é uma colaboração internacional que investiga as táticas da indústria do tabaco para promover uma nova geração de produtos de nicotina além das fronteiras. Redes de Nicotina é uma investigação colaborativa da Agência Pública e cinco veículos das Américas: El Clip, The Examination (EUA), Salud con Lupa (Peru), ChequeaBolivia e Colombia Check.

Podcasts

Pauta Pública

Em 2023, o Pauta Pública se consolidou como um podcast semanal, chegou a seu 100º episódio e, como sempre, entrevistou pessoas que nos ajudam a compreender temas atuais, das mudanças climáticas à guerra entre Israel e Palestina.

Amazônia Sem Lei

A segunda temporada do podcast Amazônia Sem Lei foi lançada, com seis novos episódios. Nossos repórteres foram para o Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Maranhão e levaram o gravador na mochila para contar as histórias das investigações que fizemos para os ouvintes.

Reportagens para ouvir

Em 2023 lançamos nosso primeiro projeto com uso de inteligência artificial. Reportagens para ouvir são versões em áudio de nossas matérias, lidas por uma inteligência artificial que usa a voz da jornalista Mariana Simões.

Episódios mais ouvidos em 2023

- DOS INCELS AOS RED PILLS: AS REDES DE MISOGINIA – COM MARIE DECLERCQ
- A FÉ E O FUZIL – COM BRUNO PAES MANSO
- SUPREMACIA BRANCA E PRIVILÉGIO – COM LIA VAINER
- O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA ATÉ AQUI – COM REGINALDO NASSER
- CHATGPT E AS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS – COM DIOGO CORTIZ
- AMAZÔNIA SEM LEI



Fotografia para a série de reportagens sobre os donos da água no Oeste Baiano. Especial Amazônia Sem Lei, 2021. Crédito: José Cícero

Impacto

Como medimos nosso impacto?

Há dez anos a Agência Pública vem desenvolvendo uma metodologia própria de monitoramento de repercussão e impacto de suas reportagens.

Para fazer o monitoramento, criamos um site próprio, acessado somente pela nossa equipe, é alimentado por uma ferramenta que capta menções à Agência Pública na internet. Cada menção encontrada ou incluída no sistema é descrita e classificada. A equipe de comunicação é responsável por manter esse sistema e também por engajar toda equipe no processo de monitoramento e registro de impacto. Em muitos casos, registros específicos, como uso de reportagem em decisões judiciais, não são detectados por nosso sistema, mas chegam aos repórteres. Por isso, a participação deles no processo é fundamental.

Atualmente, estamos aprimorando nosso site de monitoramento de impacto, que em 2023 passou a contar com recursos de inteligência artificial para produzir relatórios para a equipe. A equipe de comunicação também produz relatórios mensais e semanais para os editores, em que analisa a repercussão e o impacto das reportagens e também sua audiência no site e nas redes sociais da Agência Pública, formando um conjunto de métricas qualitativas e quantitativas geradas a partir de canais próprios e também de canais externos.

Entendendo nosso impacto

Em 2023, fizemos uma pesquisa sobre os usos das reportagens da Pública para entendermos de forma mais qualificada como o impacto do nosso trabalho acontece. A pesquisa foi realizada com pessoas que usam profissionalmente nossas reportagens em ações como: pesquisas, ações no ministério público ou ações de incidência política. Conseguimos entender mais profundamente como parte dos leitores da Pública usa nosso conteúdo e como impactamos o debate público sobre os assuntos que cobrimos. Para realizar essa pesquisa contamos com a ajuda do Instituto Areja, que realizou mais de 20 entrevistas longas com profissionais do terceiro setor, poder público e academia.

Ficamos felizes com o resultado da pesquisa, que refletiu algumas das nossas hipóteses sobre os usos do nosso conteúdo jornalístico e reforçou nosso papel como organização de jornalismo investigativo e de fortalecimento do campo.

Segundo as pesquisadoras, uma das grandes contribuições do jornalismo da Pública é a defesa da democracia. Como citado no relatório:

"Para as/os entrevistadas/os, o jornalismo investigativo e o jornalismo produzido pela Agência Pública contribuem para a manutenção da democracia. Isso porque conseguem disseminar informações que não chegariam ao grande público. O fato de questionar e fiscalizar os poderes políticos, as estruturas de poder, possibilita um tensionamento no status quo e o fortalecimento das coletividades para a transformação da realidade social. A partir de um fato revelado, a sociedade civil e agentes do poder, como o Ministério Público, podem trabalhar juntos a fim de garantir que a democracia e suas estruturas sejam fortalecidas e mantidas. O jornalismo investigativo possibilita a construção de outras narrativas, abrindo brechas nas narrativas "oficiais", que normalmente são naturalizadas por parte da imprensa."

Ainda sobre os resultados da pesquisa as pesquisadoras destacam que as principais áreas de contribuição do jornalismo da **Pública** podem ser entendidas como:



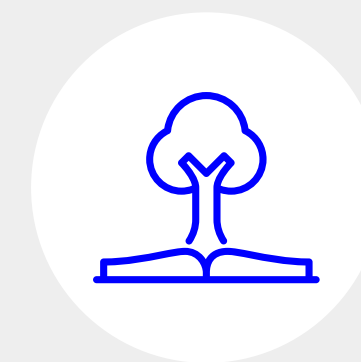
Informação e conscientização

As matérias produzidas pela Agência Pública são utilizadas como fonte de informação confiável e imparcial pelo público em geral, abrangendo temas como política, economia, sociedade, meio ambiente, saúde, entre outros. Mesmo quando as/os entrevistadas/os não as utilizam para o seu trabalho diretamente, estas servem para pautar discussões com colegas, amigas/os e familiares, colaborando para o processo de reflexão crítica sobre os fatos sociais. Dessa forma, contribuem para a disseminação de conhecimento e uma maior compreensão dos acontecimentos.



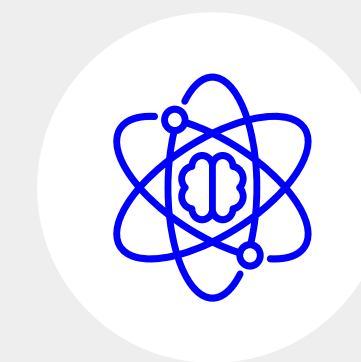
Impacto Social e Político

De acordo com as/os entrevistadas/os, as matérias produzidas pela Pública podem ser usadas como referência para embasar decisões políticas, econômicas e sociais. Elas fornecem dados, análises e insights que podem auxiliar as/os tomadoras/es de decisão a formular políticas públicas mais fundamentadas e eficazes, seja pelo uso direto de dados fornecidos pelas reportagens, seja como embasamento para discussões junto a parlamentares para a formulação de legislações. Outro ponto importante é a contribuição para promoção da transparência das ações governamentais e da visibilidade das políticas e iniciativas implementadas. Através de matérias informativas da Pública, é possível elucidar o trabalho realizado pelo governo e suas principais realizações, mantendo as/os cidadã/ões informadas/os sobre as atividades públicas.



Sustentabilidade e Meio-Ambiente

Por meio da investigação e denúncia de crimes ambientais, a Agência Pública tem investigado e exposto crimes contra o meio ambiente, como desmatamento ilegal, poluição de rios e barragens, e impactos nas comunidades tradicionais. Essa cobertura ajuda a pressionar as autoridades a agirem e as/os responsáveis a prestarem contas. Isso ocorre porque diversas OSCs que atuam nessa área utilizam essas reportagens para auxiliar no monitoramento de políticas públicas e de práticas ilegais, e para pautar as suas ações junto ao Estado e operadoras/es do direito. Além das OSCs, o Ministério Público Federal também se utiliza dessas matérias para elaborar ações nessa temática.



Desenvolvimento Científico

As/Os entrevistadas/os que são pesquisadoras/es e professoras/es trouxeram que as matérias eram utilizadas como material de estudo e pesquisa por estudantes e pesquisadoras/es. As matérias fornecem informações atualizadas e embasadas, possibilitando o aprofundamento em determinados assuntos auxiliando no processo educativo. O diálogo constante da Pública com a academia e outros setores que produzem conhecimento permite que sejam produzidas matérias relacionadas a pesquisas científicas, avanços tecnológicos e descobertas importantes. Essas matérias contribuem para a divulgação do conhecimento científico de uma forma acessível e compreensível para o público em geral, contribuindo para a popularização e valorização da ciência.

Reportagens de impacto

Em 2023, o jornalismo da Pública causou impactos reais e discussões relevantes para a sociedade. Destacamos alguns casos em 2023:

→ PL Caso Klein

Motivado por reportagens da Agência Pública sobre o fundador das Casas Bahia, Samuel Klein, um Projeto de Lei aprovado na Câmara pretende aumentar de três para 20 anos o prazo para ações reparatorias sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Em abril de 2021, a Agência Pública publicou uma série de reportagens revelando que o fundador das Casas Bahia, Samuel Klein, teria mantido uma rede de exploração sexual de meninas e mulheres por três décadas. Diante das dezenas de relatos colhidos pela Pública, a deputada Sâmia Bomfim (PSOL) propôs, em 2021, o PL 4186, que propõe aumentar de três para 20 anos o prazo para ações reparatorias sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes. O projeto foi aprovado em votação simbólica na Câmara em 6 de dezembro e vai agora ao Senado, com chance de alterar o código civil, dando mais tempo para as vítimas buscarem indenização.



→ TAC do iFood

Em abril de 2022, publicamos uma reportagem que revelou que o iFood contratou agências de publicidade para desmobilizar o movimento de entregadores. Por conta da reportagem, o assunto foi discutido na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Aplicativos da Câmara Municipal de São Paulo. A vereadora Luana Alves (PSOL), pediu à CPI explicações sobre suposta campanha de desmobilização do iFood. A CPI fez diligência na sede do iFood e também ouviu as agências denunciadas, que se recusaram a responder as perguntas. Além disso, o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Ministério Público do Trabalho (MPT)

contra o iFood e agências de publicidade contratadas pela empresa. O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) também abriu apuração sobre o caso. A reportagem também foi citada no relatório final da CPI, que cobra mais controle sobre a atividade das empresas de aplicativo e pede mais segurança para entregadores e motoristas. Em julho de 2023, o iFood e as agências de publicidade foram obrigados a assinarem junto ao Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para promover ações em favor do direito da sociedade à informação e dos direitos trabalhistas e associativos de seus entregadores. O MPF citou a Agência Pública e falou que esta ação foi resultado direto da investigação.

→ CPMI do 8 de janeiro

6 reportagens da Pública foram citadas no relatório final de outubro de 2023 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro. Foram citadas as investigações sobre os bloqueios em estradas, que contaram com apoio de empresários locais e conivência da PRF; matéria de 2020 sobre o uso da Abin para fortalecer a espionagem sobre áreas críticas do governo Bolsonaro; entrevista com especialista sobre militares no governo; e a reportagem sobre o código “Festa da Selma” usado para articular a invasão em Brasília. Além disso, o deputado Duarte (PSB-MA) protocolou um requerimento para que Paulo Generoso fosse convocado a depor na CPMI do 8 de Janeiro após revelarmos que o suspeito de apoiar os atos golpistas é sócio de Eduardo Bolsonaro em uma empresa aberta nos Estados Unidos. E o especial Mercenários Digitais, que investigou as campanhas de desinformação da extrema-direita na América Latina, embasou o requerimento para Fernando Cerimedo também depor na CPI do 8 de janeiro.

→ Atas secretas

A partir de uma força-tarefa de pedidos de Lei de Acesso à Informação, a Agência Pública conseguiu acesso, em fevereiro de 2023, às atas secretas do Comitê de Crise da Covid-19 não analisadas pela CPI da Covid de 2021. O documento de 806 páginas registra o que aconteceu nas reuniões realizadas na Sala 97 do Palácio do Planalto pelo Centro de Coordenação das Operações

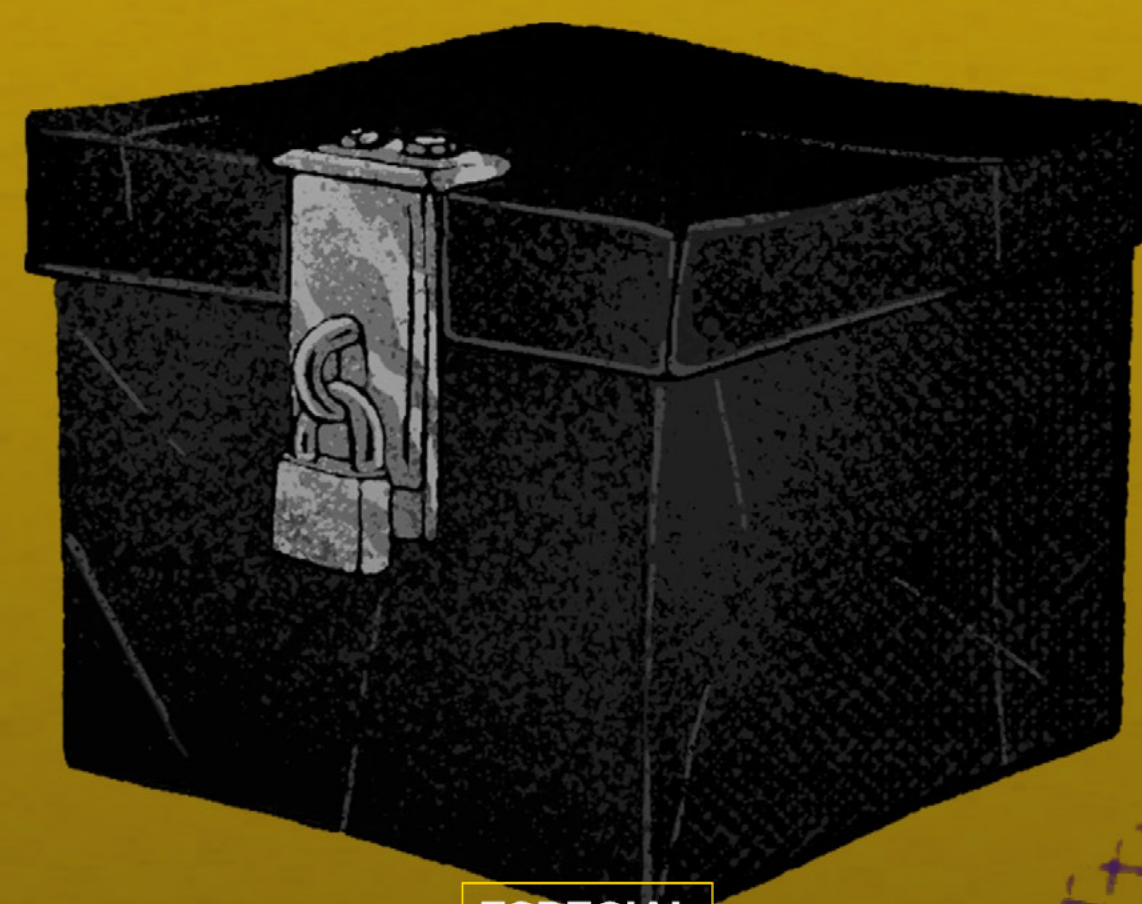
do Comitê de Crise da Covid-19 (CCOP) entre março de 2020 e setembro de 2021. Membros da CPI da Covid pediram reabertura de inquéritos com base em atas reveladas pela Pública, que nunca haviam sido analisadas pela CPI. Os senadores Omar Aziz (PSD-AM) e Renan Calheiros (MDB-AL) ressaltaram a importância de a imprensa continuar investigando a atuação do governo Bolsonaro ao longo da pandemia para que os inquéritos arquivados sejam reabertos.



→ Investigação de nazismo em SC

A reportagem da Agência Pública sobre a presença de símbolos nazistas na Secretaria de Educação da cidade de Dona Emma, em Santa Catarina, teve uma ampla repercussão. Após a denúncia, a prefeitura se manifestou, alegando que as imagens faziam parte da história do município. O Ministério Público de Santa Catarina abriu uma investigação em resposta à denúncia da Agência Pública, o que gerou cobertura em diversos veículos, como O Globo, UOL e Rádio Educadora. A reportagem foi repu-

blicada em vários veículos, incluindo UOL, Brasil 247, Revista Galileu, entre outros. Também foi tema de entrevistas e republicações em sites locais, como SCC 10, Tribuna do Vale e Notícias Chapecó. A reportagem foi compartilhada no twitter pela União Brasileira dos Estudantes e indicada na newsletter do site internacional Worldcrunch. A Pública foi citada no Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, no qual a reportagem foi utilizada na produção de um minidocs ganhadores da premiação.



ESPECIAL

Caixa-Preta do Bolsonaro



Nossa audiência em números

4.436.967

Visualizações de páginas únicas

+ 48% em 2023

2.915.952

Usuários do site

+ 46% em 2023

Podcasts em 2023

30 mil

Média de downloads por mês **+146%**

365 mil

Total de downloads no ano **+146%**

Newsletters Inscritos em newsletters e crescimento

35,5 mil

Newsletter da Pública **+28%**

11 mil

Antes que seja tarde **+71%**

9 mil

Xeque na Democracia **+70%**

6 mil

Brasília a Quente

→ **36 mil** Inscritos em todas nossas newsletters **+29%**

→ **784** Veículos de mídia **republicadores** (- **11%** em relação a 2022)

→ Média de republicações por matéria: **15,6** (- **21,2%** em relação a 2022)

Seguidores e crescimento

(Comparação final de 2023 e final de 2022)

630 mil Facebook

Contas Alcançadas **- 61%**

291 mil Twitter **+5,8%**

179 mil Instagram **+52%**

4.886.473

Contas Alcançadas **+83%**

47 mil Youtube

Inscritos no Canal **+37%**

34 mil Threads

12 mil TikTok **+150%**

12 mil LinkedIn **+44%**

Sustentabilidade

Aliados

Em 2023, fizemos grandes investigações com o apoio de nossas leitoras e leitores.

No início do ano, graças ao apoio de 2 mil Aliados, conseguimos abrir a caixa-preta do Governo Bolsonaro. Revelamos histórias que ficaram escondidas da imprensa nos últimos quatro anos, da compra de vacinas contra covid a um misterioso ex-suspeito do assassinato de Marielle Franco que foi detido no México.

Neste ano, graças ao apoio de mais de 1700 pessoas, também conseguimos levantar 90 mil reais para produzir um podcast sobre as acusações de crimes sexuais do fundador das Casas Bahia, Samuel Klein. Depois que publicamos

nossa primeira investigação sobre essa história em 2020, recebemos diversos outros relatos e descobrimos que havíamos revelado somente a ponta de um iceberg que durante anos ficou encoberto. Os relatos que conseguimos apontam que Samuel Klein teria mantido, por ao menos 30 anos, um esquema de exploração sexual de meninas que ocorria em suas propriedades e na própria sede das Casas Bahia.

Para que essa história, ainda ignorada por parte da imprensa brasileira, não seja esquecida, decidimos seguir investigando.

Em 2024, vamos lançar um podcast com novas entrevistas e detalhes sobre o caso Samuel Klein.

Conquistas

Mais apoios institucionais

A Agência Pública, desde a sua fundação, emprega todos os recursos que capta em atividades da organização e na execução de projetos. As principais fontes de financiamento da Pública são fundações internacionais, organizações nacionais e pessoas físicas. A captação de recursos acontece por meio do relacionamento com financiadores, submissão de projetos, participação em editais, contribuições de nossa audiência, especialmente por meio da nossa plataforma de doações recorrentes (Programa Aliados), e prestações de serviços através da nossa área de parceiras.

A estratégia de sustentabilidade da Pública tem como premissa a prioridade de captação de recursos institucionais, que nos permitem inovar com mais liberdade, crescer com mais estabilidade,

investir em áreas estratégicas, estreitar o relacionamento com a nossa audiência e potencializar os nossos impactos. Em 2023, chegamos a um novo marco que é a conquista de 4 novos apoios institucionais. Fechamos uma parceria institucional com o **Serrapilheira** em conjunto com o **Ibirapitanga** para um apoio com o objetivo de ampliar a diversidade da nossa equipe e fortalecer nossa cobertura sobre lobbying no congresso. Recebemos o apoio institucional do **Instituto Galo da Manhã** com o objetivo de diversificar nossos produtos jornalísticos e entender melhor nossas audiências incorporando devolutivas do nosso público no desenvolvimento do produto. Também conquistamos o apoio da **Logan Foundation** com o objetivo de fortalecer nossa resiliência institucional e o apoio da **C.L.U.A** com o objetivo de fortalecer as operações da Pública e continuidade do projeto Amazônia Sem Lei. Continuamos buscando novos parceiros comprometidos com o jornalismo de qualidade produzido pela Pública.

Sucursal em Brasília

Em abril de 2023, inauguramos nossa sucursal em Brasília, com um diretor, um editor e cinco repórteres investigativos.

Com isso, acompanhamos de perto todo o processo de votação do Marco Temporal, no STF e no Congresso, bem como a mobilização dos indígenas, além do lobby da bancada ruralista para flexibilizar a legislação de agrotóxicos do país. Um dos destaques da sucursal de Brasília – que trouxe entrevistas com membros do primeiro escalão do governo, grandes investigações sobre o Congresso, incluindo furos sobre seu presidente, Arthur Lira, e a penetração de uma empresa israelense de espionagem no poder público – é a investigação sobre a PEC do Plasma. Os repórteres da Pública se debruçaram sobre um obscuro projeto de lei que pretende facultar à iniciativa privada a exploração de sangue humano e derivados. Ouviram mais de 30 pessoas, que contaram de que maneira isso vai aumentar o lucro estratosférico das empresas farmacêuticas enquanto ameaça a saúde pública. A sucursal produz também a coluna “Entrelinhas do Poder”, com notícias quase diárias sobre Brasília.



Ataques Jurídicos

Em 2023, também fomos alvo de uma ação que em nosso entendimento trata-se de um grave ataque à liberdade de expressão e de imprensa no Brasil.

Recebemos uma ação judicial por danos morais movida pelo deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). O processo corre na 14ª Vara Cível de Brasília contra a Pública e a ex-esposa de Lira, Jullyene Lins.

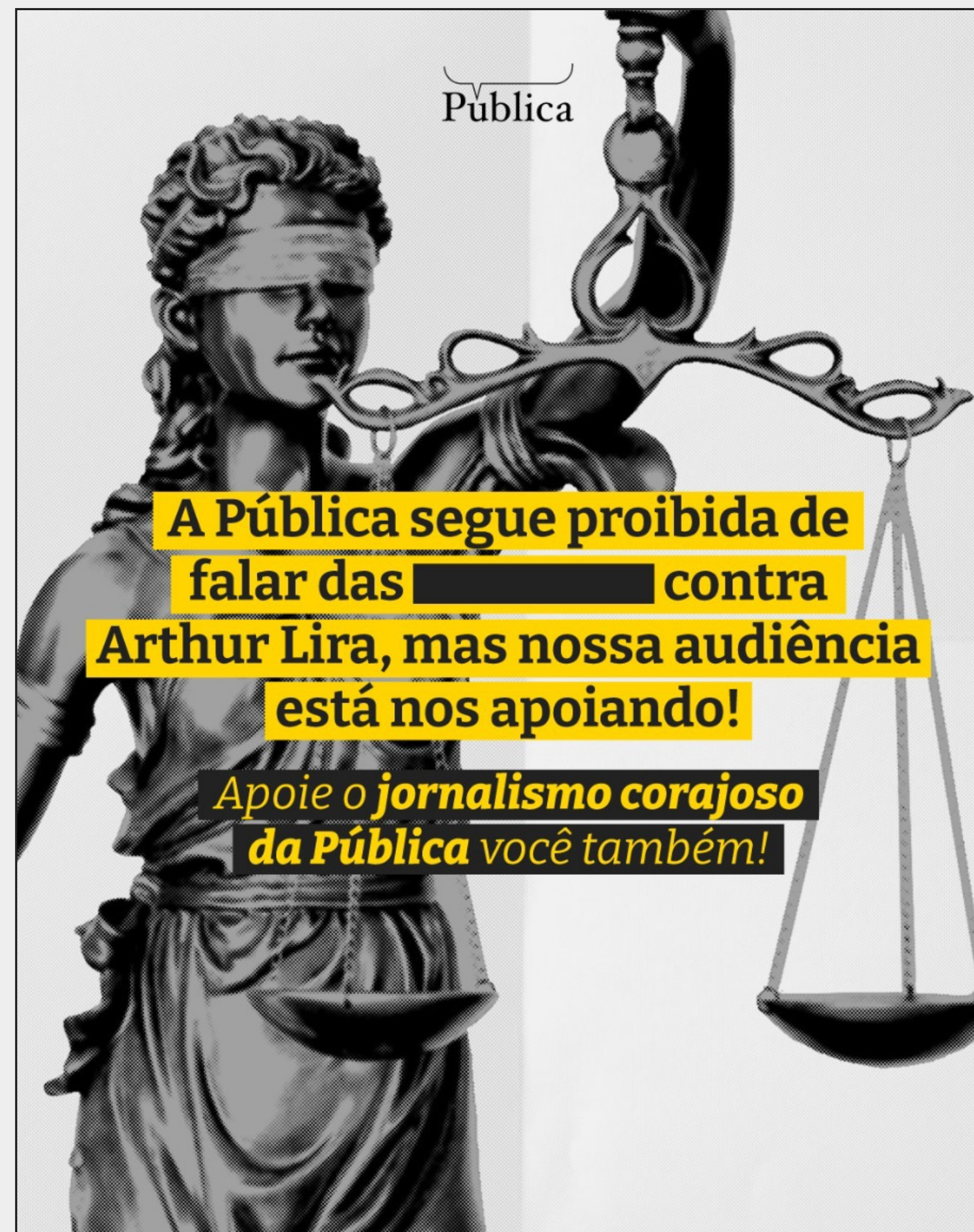
Lira requereu que fosse determinado às plataformas de redes sociais que derrubassem, sob pena de multa, o conteúdo da reportagem “Ex-mulher Arthur Lira o acusa de violência sexual”, publicada em 21 de junho de 2023, além de pedir que a Pública fosse impedida de veicular outras publicações com o mesmo teor, também sob pena de multa. Por fim, requereu a condenação da Agência Pública ao pagamento de indenização no valor de R\$100 mil reais, além de custas e honorários advocatícios.

O processo ainda está em andamento, mas recebemos uma decisão desfavorável em abril de 2024 pelo colegiado da 6ª Turma Cível do

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que julgou o mérito do agravo de instrumento interposto pela defesa do presidente da Câmara dos Deputados e manteve, por decisão unânime, a censura à reportagem. O relator justificou a posição na decisão dizendo que: “Provavelmente amanhã eu serei chamado de censor e vou ter que dizer isso aqui: não sou censor e nunca fui a favor da censura, porque pela minha idade eu sei o que que a Revolução de 64 fez em termos de censura neste país”

→ A defesa da Pública recebeu amplo apoio da sociedade civil, com destaque para a nota de apoio da Abraji

Provando mais uma vez a relevância do nosso jornalismo e a necessidade de se manter forte frente a tentativas de intimidação por poderosos.



Novos desafios

Inteligência Artificial

Em 2023, a Pública passou a observar com atenção o aumento e popularização das ferramentas de inteligência artificial.

Através da participação no AI in Journalism Challenge, da Open Society Foundations, nossa equipe desenvolveu dois projetos que usam inteligência artificial.

→ Também formulamos e lançamos nossa política de uso de IA, que deixa claros os limites do que consideramos usos éticos da ferramenta.

Como princípio, vemos a IA como uma ferramenta de apoio ao trabalho jornalístico que jamais irá substituir jornalistas, programadores, ilustradores, narradores ou designers.

Um dos projetos que lançamos é o Reportagens para Ouvir. Ao clicar no player, o leitor poderá escutar áudios de 8 a 20 minutos com uma leitura feita por Inteligência artificial (IA), com uma voz e cadência que soam naturais e engajantes.



Toda semana, uma nova Reportagem para Ouvir é publicada, sempre com conteúdos investigativos, aprofundados e evergreen. A audiência vai poder acessar esse recurso tanto pela homepage quanto pela URL das reportagens.

“Há muitos problemas éticos com o uso de IA no jornalismo, desde a substituição da mão de obra até a cooptação de redações por empresas que não querem ser reguladas”.

diz a diretora executiva da Agência Pública, **Natalia Viana**.

“Por isso buscamos uma solução que ajude, em vez de atrapalhar, o jornalismo. Com o Reportagens para Ouvir, vamos ampliar o acesso às nossas investigações e atrair novos públicos”.

Para lançar esse novo recurso, a equipe da Agência Pública usa o programa Eleven Labs, que elabora áudios a partir de texto com leitura por IA.

Também passamos a utilizar inteligência artificial em uma ferramenta automatizada de medição de impacto da Pública, chamada Pública IQ, que já está em fase de implementação.

A ferramenta irá ampliar nossa capacidade de comunicar e identificar o impacto na sociedade de nossas reportagens investigativas e poderá servir para outras organizações de notícias medirem seus impactos.

Fomos finalistas do AI in Journalism Challenge junto a outros veículos de diferentes partes do mundo e apresentamos nossos projetos de IA no Splice Beta, evento realizado em Chiang Mai, na Tailândia.

Novas contratações

Foco em aumento da diversidade da nossa equipe

Para garantir que continuemos avançando na diversidade, equidade e inclusão, monitoramos consistentemente os indicadores em direção a esse objetivo. Também priorizamos os processos de contratação para indivíduos não brancos em 2023.

Esses processos foram estrategicamente afirmativos, projetados e priorizados para mulheres e pessoas negras auto-identificadas.

Hoje, temos 40 funcionários e recentemente diversificamos nossa equipe em termos de raça, gênero, identidade de gênero e orientação sexual que resultou em uma equipe composta por 31% de não brancos.

Nosso objetivo é buscar a diversidade em todos os aspectos de nossa operação, desde nossos fornecedores até toda a nossa rede de colaboradores.



Prêmios

Em 2023, a Pública ganhou 7 prêmios e foi indicada a outros 4.



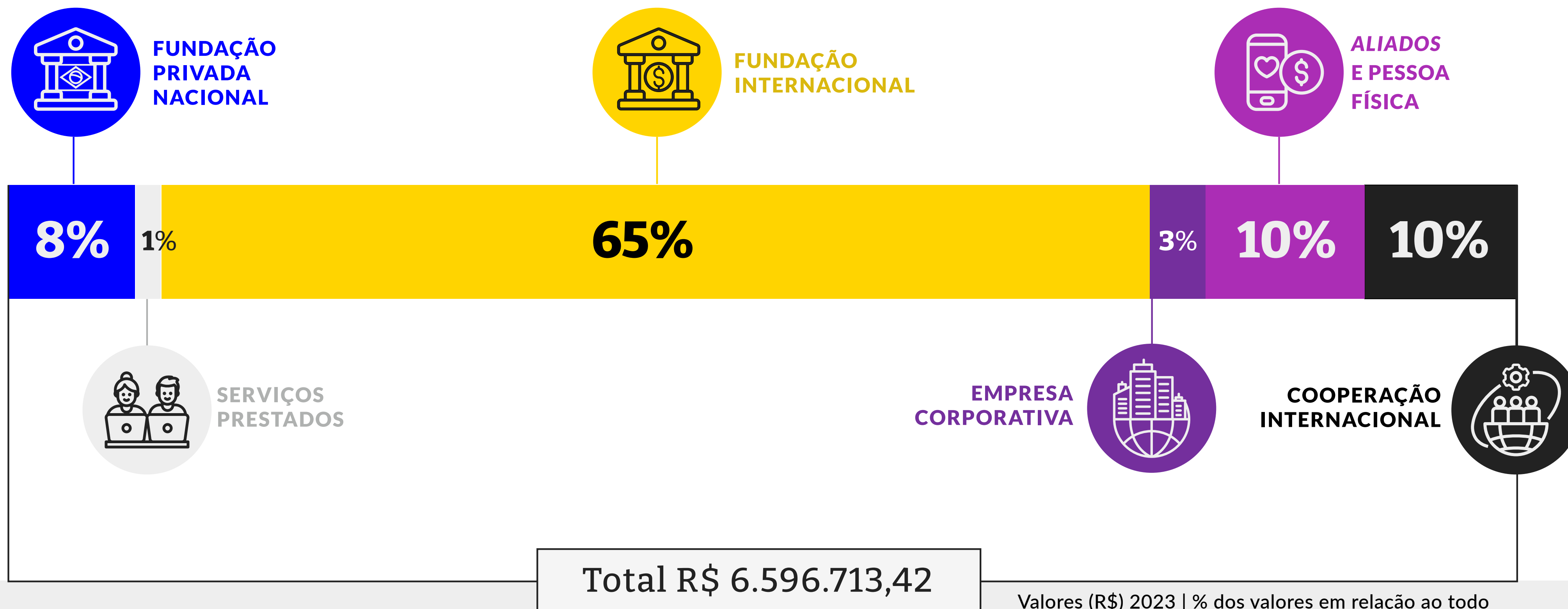
Chegamos à marca de 75 prêmios conquistados!

- 40º PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO
- 12º PRÊMIO AMAERJ PATRÍCIA ACIOLI DE DIREITOS HUMANOS
- 2023 APSA INFORMATION TECHNOLOGY AND POLITICS BEST PUBLIC-FACING SCHOLARSHIP AWARD
- PRÊMIO DE COMUNICAÇÃO DA FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL
- XI PRÊMIO REPÚBLICA
- 2º PRÊMIO SINTERGS DE JORNALISMO



Principais Receitas

2023

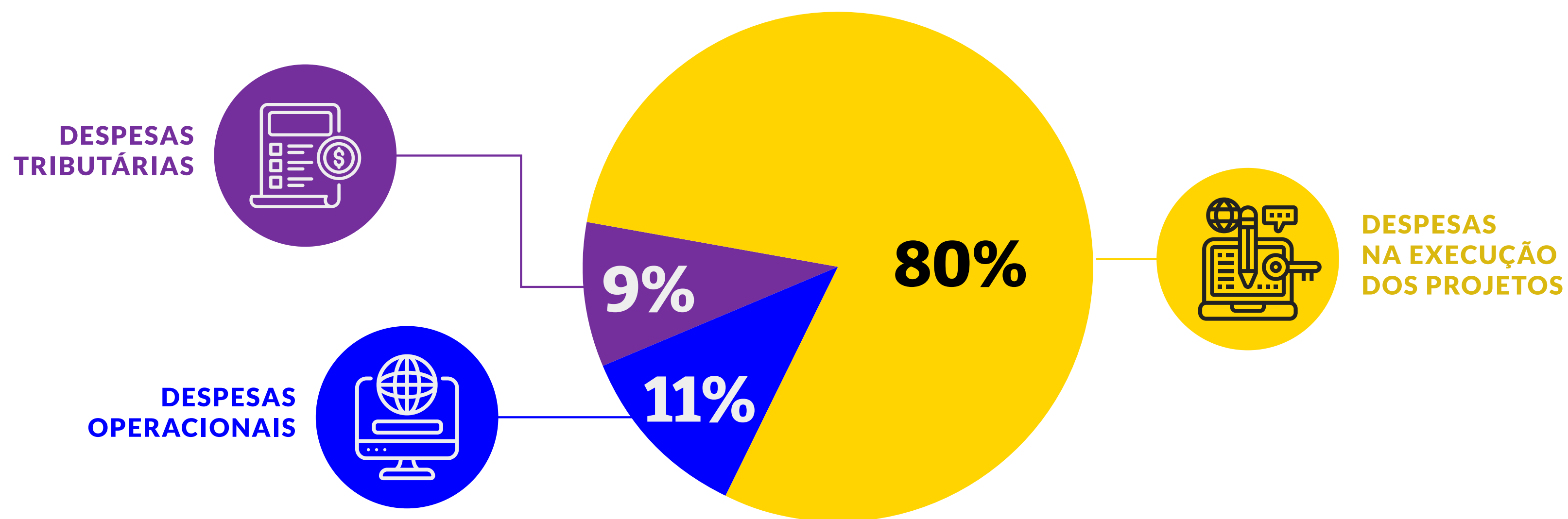


Valores (R\$) 2023 | % dos valores em relação ao todo



Principais Despesas

2023



Total R\$ 6.691.028,39

Valores (R\$) 2023 | % dos valores em relação ao todo

Financiadores



- OAK FOUNDATION
- FORD FOUNDATION
- OPEN SOCIETY FOUNDATIONS
- INSTITUTO GALO DA MANHÃ
- INSTITUTOS SERRAPILHEIRA E IBIRAPITANGA
- THE REVA & DAVID LOGAN FOUNDATION
- NORWEGIAN PROGRAM TO SUPPORT INDIGENOUS PEOPLE
- CLUA
- APPLIED AI JOURNALISM CHALLENGE – OPEN SOCIETY FOUNDATIONS
- MEDIA DEFENSE
- PORTICUS
- REPORT FOR THE WORLD
- FUND FOR INVESTIGATIVE JOURNALISM
- CONECTAS DIREITOS HUMANOS
- INSTITUTO PRO BONO



Direção Executiva

Marina Amaral
Natalia Viana

Direção

Marina Dias
Roberta Carteiro
Thiago Domenici

Administração

Ana Flávia Vieira
Roberta Carteiro

Chefe de redação

Bruno Fonseca

Chefe da cobertura

Socioambiental
Giovana Girardi

Desenvolvimento

Babak Fakhamzadeh

Editores

Bruno Fonseca
Ed Wanderley
Giovana Girardi
Mariama Correia
Marina Amaral
Natalia Viana
Thiago Domenici

Secretaria de Redação

Raphaela Ribeiro

Redação de São Paulo

Amanda Audi
Ana Alice de Lima
Danilo Queiroz
José Cícero
Gabriel Gama
Matheus Santino
Rafael Custódio
Rafael Oliveira

Analista de dados

Bianca Muniz

Chefe da sucursal em Brasília

Thiago Domenici

Redação de Brasília

Alice Maciel
Anna Beatriz Anjos
Caio de Freitas Paes
Ed Wanderley
Fernanda Diniz
Laura Scofield
Rubens Valente

Podcast

Andrea DiP
Clarissa Levy
Ricardo Terto
Stela Diogo

Revisão

Lilian Vieira
Ricardo Jensen

Diretora de comunicação

Marina Dias

Comunicação

Bruno Penteado
Letícia Gouveia
Maria Martha Bruno
Renata Cons

Redes Sociais

Breno Andreatta
Raquel Tiemi
Ravi Spreizner

Desenvolvimento Institucional

Romeu Loreto
Sofia Amaral

Design

Matheus Pigozzi

Fotografia

José Cícero

Conselheiros

Nosso Conselho Consultivo é formado por profissionais renomados no jornalismo brasileiro e no terceiro setor, que se reúnem duas vezes por ano para aconselhar a Direção Executiva da Agência Pública. O Conselho é formado por membros não remunerados e não tem poder decisório.

Ricardo Kotscho
Eugênio Bucci
Dorrit Harazim
Rosental Calmon Alves
Jan Rocha
Fabiana Moraes
Paula Cesarino Costa
Cecília Olliveira
Graciela Selaimen
Ronilso Pacheco

Projeto Gráfico e Diagramação

Beatriz Lago

Publica